



## **LEI N° 2.260, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2025**

INSTITUI E REGULAMENTA A EXECUÇÃO NO MUNICÍPIO DE MIRACEMA DO INCENTIVO ADICIONAL DE COMPONENTE DE QUALIDADE PREVISTO NA PORTARIA N° 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024, PARA PROFISSIONAIS DAS EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA (eSF), EQUIPE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (eAP), EQUIPE DE SAÚDE BUSCAL (eSB) E EQUIPE MULTIPROFISSIONAL (e-MULTI), PROFISSIONAIS VINCULADOS À ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - APS, COM RECURSOS FINANCEIROS ADVINDOS DO COMPONENTE DE QUALIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**A Câmara Municipal de Miracema**, aprova e eu Prefeita Municipal, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Incentivo do COMPONENTE de QUALIDADE aos profissionais integrantes da Atenção Primária à Saúde através da Estratégia de Saúde da Família (eSF), Equipe Saúde Bucal (eSB) e Equipe Multiprofissional (e-MULTI) de acordo com cada modalidade existente no município, com recursos advindos do Componente de Qualidade da Portaria GM/MS N° 3.493 de 10 de Abril de 2024, visando estimular o alcance dos indicadores pactuados tripartite e incentivar a melhoria do acesso e da qualidade dos serviços ofertados na Atenção Primária à Saúde (APS), buscando induzir boas práticas e aperfeiçoar os resultados em saúde.

**§ 1º** Esta Lei segue as normas estabelecidas para o cofinanciamento federal do Piso de Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria n° 3.493, de 10 de abril de 2024.

**§ 2º** O incentivo a que se refere o caput será concedido mediante a apuração do Ministério da Saúde e no cumprimento dos indicadores previstos na Portaria Ministerial nº 3.493, de 10/04/2024.

**§ 3º** O valor do Incentivo levará em consideração os resultados dos indicadores alcançados pelas equipes credenciadas e cadastradas no SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde).

**§ 4º** O surgimento de novos indicadores e parâmetros relacionados ao componente de qualidade definidos após avaliação da Comissão, serão anexados posteriormente ao anexo II desta Lei.

**Art. 2º** Farão jus ao Incentivo do COMPONENTE de QUALIDADE os servidores efetivos do Município, enquanto estiverem integrados às equipes indicadas no caput do art. 1º e incluídos no SCNES, desde que atingindo os critérios estabelecidos por este Programa.

**§ 1º** O Incentivo do Componente de Qualidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde tratado nesta Lei em nenhuma hipótese será incorporado ao salário do servidor beneficiado, nem será considerado como base de cálculo para apuração outras verbas, seja a que título for.



**§ 2º** Os incentivos instituídos nesta Lei não integrarão a base de cálculo de contribuição previdenciária e, por sua natureza não podem ser incorporadas aos proventos da inatividade, tampouco estendidas aos inativos ou pensionistas.

**§ 3º** O valor de incentivo repassado aos profissionais deverá respeitar a carga horária de 40 horas semanais, ou proporcionalmente à carga horária trabalhada.

**§ 4º** O incentivo adicional será custeado exclusivamente com recursos federais transferidos ao Município por meio do Bloco de Financiamento da Atenção Primária à Saúde, sendo vedado o uso de recursos próprios para tal finalidade.

**Art. 3º** O incentivo "Componente de Qualidade" será devido para cada equipe ESF, ESB e E-MULTI, de acordo com o valor repassado pelo Ministério da Saúde, respeitado os indicadores estabelecidos em cada área temática e cada equipe avaliada, conforme anexo I desta lei.

**§ 1º** De acordo com a Portaria GM/MS Nº 3.493 de 10 de abril de 2024, caso o Ministério da Saúde não disponibilize informações para monitoramento e acompanhamento pelos municípios e Distrito Federal dos indicadores pactuados, será transferido o valor referente a classificação "bom" até a disponibilização das informações.

**§ 2º** O incentivo fica condicionado ao repasse feito pelo Ministério da Saúde, através do componente de qualidade.

**Art. 4º** O valor por equipe do recurso financeiro referente ao "Componente de Qualidade" repassado ao município de Miracema/RJ pelo Ministério da Saúde, será destinado 100% (cem por cento) para o rateio entre os profissionais das Equipes Saúde da Família, Equipe Saúde Bucal e Equipe Multiprofissional, no âmbito da atenção primária de saúde.

**§ 1º** O cálculo do valor a ser rateado entre os servidores, levará em conta a carga horária de cada profissional, sendo o parâmetro máximo a carga horária de 40 horas.

**§ 2º** No caso de implantações de novas equipes o incentivo financeiro pelo componente de qualidade só será repassado aos profissionais após e mediante o repasse do Ministério da Saúde.

**Art. 5º** Para fins de avaliação e validação do desempenho das equipes, fica instituída a Comissão Especial de Avaliação da APS, a ser designada por Portaria do Secretário Municipal de Saúde e composta por no mínimo 2 (dois) servidores que atuam na atenção primária à saúde.

**§ 1º** A comissão será responsável por emitir, ao menos quadrimestralmente, Relatório de Avaliação da Equipes, contendo os seguintes elementos mínimos:

- I – Verificação do cumprimento dos critérios de desempenho definidos pelo Ministério da Saúde;
- II – Checagem da vinculação dos profissionais às equipes no período avaliado;
- III – Verificação de elegibilidade do servidor, conforme art.6, desta Lei.

**§ 2º** O pagamento do incentivo fica condicionado à entrega do relatório conclusivo da Comissão e à sua aprovação pelo Secretário Municipal de Saúde.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA**



**Art. 6º** O profissional, respeitado o direito ao gozo de férias, perderá o incentivo em caso de:

- I** - Não participação efetiva nas ações voltadas ao cumprimento das metas estabelecidas;
- II** - Exoneração a pedido antes da data do pagamento do incentivo;
- III** - Pedido de vacância antes da data do pagamento do incentivo;
- IV** - Licença ou ausência das atividades da equipe por período superior a 15 (quinze) dias;
- V** - 1 (uma) falta sem justificativa por mês;
- VI** - Atestado médico superior a 05 (cinco) dias por mês, seguidos ou intercalados;
- VII** - Cessão ou permuta, com ou sem ônus, para outro órgão ou entidade da administração direta, autarquias ou fundações a nível municipal, estadual ou federal;
- VIII** - Profissional que integre o Programa Mais Médico, ou seja, vinculado diretamente ao Ministério da Saúde;
- IX** - Ausência nas capacitações e reuniões inerentes aos Programas de Atenção Básica, salvo quando justificadas e aceitas pelo gestor da pasta;
- X** - Cometer falhas ou omissões graves na alimentação dos sistemas de informação;
- XI** - Descumprir reiteradamente os protocolos assistenciais;
- XII** - Tiver sido penalizado com advertência, suspensão ou demissão no ano de referência.

**§ 1º** No caso dos incisos X e XI, por serem critérios não objetivos, a comissão deverá oportunizar ao servidor o exercício do contraditório.

**§ 2º** O valor referente ao profissional excluído será redistribuído entre os demais integrantes da equipe.

**Art. 7º** A avaliação dos indicadores será realizada regularmente, e, no caso de desabastecimento de insumos ou vacinas de responsabilidade do Ministério da Saúde ou do Estado que interfira no alcance das metas, o indicador será desconsiderado.

**Art. 8º** Havendo alteração da normativa federal quanto à parcela única do incentivo que trata esta lei, esta será paga proporcionalmente conforme repasse financeiro do Ministério da Saúde já efetuado até a data da alteração, e posteriormente segundo as novas normas federais editadas, sempre guardando correlação direta aos valores repassados pela União.

**Art. 9º** O repasse do incentivo financeiro aos profissionais será concedido apenas enquanto houver garantia de repasse de recursos pelo Ministério da Saúde.

**Art. 10** Poderá o Chefe do Executivo editar Decreto Municipal para regulamentar esta lei no que couber.

**Art. 11** Os efeitos desta Lei serão retroativos a 01 de janeiro de 2025.

**Art. 12** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Miracema, 09 de dezembro de 2025.

**Maria Alessandra Leite Freire**

**Prefeita Municipal**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACEMA**  
**SECRETARIA ADMINISTRATIVA**



4

**ANEXO I**

**TABELA DE ACORDO COM A PORTARIA GM/MS Nº 3.493 DE 10 DE ABRIL DE 2024**

EQUIPE	MODALIDADE	CLASSIFICAÇÃO NO COMPONENTE DE QUALIDADE			
		OTIMO	BOM	SUFICIENTE	REGULAR
ESF	40H	R\$ 8.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 2.000,00
EAP	30H	R\$ 4.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 1.000,00
EAP	20H	R\$ 3.000,00	R\$ 2.250,00	R\$ 1.500,00	R\$ 750,00
ESB	I - COMUM	R\$ 2.449,00	R\$ 1.836,75	R\$ 1.224,50	R\$ 612,25
ESB	II - COMUM	R\$ 3.267,00	R\$ 2.450,25	R\$ 1.633,50	R\$ 816,75
ESB	I-QUIL/ASSENT	R\$ 3.673,50	R\$ 2.755,13	R\$ 1.836,75	R\$ 918,38
ESB	II-QUIL/ASSENT	R\$ 4.900,50	R\$ 3.675,38	R\$ 2.450,25	R\$ 1.225,13
eMULTI	AMPLIADA	R\$ 9.000,00	R\$ 6.750,00	R\$ 4.500,00	R\$ 2.250,00
eMULTI	COMPLEMENTAR	R\$ 6.000,00	R\$ 4.500,00	R\$ 3.000,00	R\$ 1.500,00
eMULTI	ESTRATÉGICA	R\$ 3.000,00	R\$ 2.250,00	R\$ 1.500,00	R\$ 750,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA, 09 DE DEZEMBRO DE 2025

**Maria Alessandra Leite Freire**  
**Prefeita Municipal**



**ANEXO II**

**TEMAS INDICADORES PARA PAGAMENTO DO COMPONENTE  
DE QUALIDADE PARA ESP, EAP E ESB**

<b>ÁREA TEMÁTICA</b>	<b>EQUIPE AVALIADA</b>
ACESSO INTEGRALIDADE	ESF E EAP
CUIDADO DA SAÚDE DA MULHER	ESF E EAP
CUIDADO DA GESTANTE E PUÉRPERA	ESF E EAP
CUIDADO NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL	ESF E EAP
CUIDADO COM A PESSOA COM DIABETES	ESF E EAP
CUIDADO COM A PESSOA COM HIPERTENSÃO	ESF E EAP
CUIDADE DE PESSOA IDOSA	ESF E EAP
PRIMEIRA CONSULTA PROGRAMADA	ESB
TRATAMENTOS CONCLUÍDOS	ESB
TAXA DE EXODONTIA	ESB
ESCOVAÇÃO SUPERVISIONADA	ESB
PROPORÇÃO DE PROCEDIMENTOS PREVENTIVOS	ESB
TRATAMENTO RESTAURADOS ATRAUMÁTICO	ESB
CUIDADO COMPARTILHADO DA PESSOA ACOMPANHADA	E-MULTI
MÉDIA DE ATENDIMENTOS DA eMULTI POR PESSOA	E-MULTI
COMUNICAÇÃO ENTRE eMULTI E OUTRAS EQUIPES	E-MULTI
RESOLUTIVIDADE DO CUIDADO DA eMULTI	E-MULTI
AÇÕES INTERPROFISSIONAIS DA EQUIPE eMULTI na APS	E-MULTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA, 09 DE DEZEMBRO DE 2025

**Maria Alessandra Leite Freire**  
**Prefeita Municipal**